



Boletim do Museu Paraense Emílio  
Goeldi. Ciências Humanas

ISSN: 1981-8122

[boletim.humanas@museu-goeldi.br](mailto:boletim.humanas@museu-goeldi.br)

Museu Paraense Emílio Goeldi  
Brasil

Strauss, André

Possibilidades e limitações interpretativas da Hipótese Saxe/Goldstein

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, vol. 7, núm. 2, mayo-  
agosto, 2012, pp. 525-546

Museu Paraense Emílio Goeldi  
Belém, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=394034997013>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## Possibilidades e limitações interpretativas da Hipótese Saxe/Goldstein Interpretative possibilities and limitations of Saxe/Goldstein hypothesis

André Strauss<sup>I,II</sup>

<sup>I</sup>Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. Leipzig, Alemanha

<sup>II</sup>Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil

**Resumo:** A Hipótese Saxe/Goldstein foi gerada no seio da arqueologia processual e, como tal, pretendia-se capaz de reconstruir as dimensões sociais das populações pretéritas a partir do estudo de suas práticas mortuárias. Em sua forma original, ela afirmava que a emergência de cemitérios formais seria resultado de um aumento na competição por recursos vitais; o que, por sua vez, levaria à formação de grupos corporativos de descendência cujo objetivo seria monopolizar o acesso a esses recursos; e esse monopólio seria legitimado invocando a descendência dos ancestrais. Posteriormente, uma nova versão foi proposta, na qual a ênfase era a relação entre a presença de cemitérios formais e os padrões de mobilidade dos grupos humanos. Neste trabalho, a elaboração dessa hipótese é revista de forma crítica, discutindo suas transformações ao longo dos últimos 40 anos e identificando contradições que, até então, haviam passado despercebidas. Por fim, os registros arqueológicos dos sambaquis brasileiros e dos abrigos da região de Lagoa Santa são usados para mostrar que a ausência de uma posição crítica em relação à Hipótese Saxe/Goldstein pode acarretar interpretações impróprias do registro arqueológico.

**Palavras-chave:** Arqueologia da Morte. Lagoa Santa. Sambaqui. Territorialidade. Padrões de mobilidade.

**Abstract:** The Saxe/Goldstein Hypothesis was generated within the processual archaeology milieu and therefore it was supposed to allow reconstructing the social dimensions of past populations by studying their mortuary practices. In its original form stated that the emergency of formal cemeteries would be the result of an increase on the competition for vital resources. This would lead to the formation of corporate groups of descent whose main objectives were to monopolize the access to vital resources. Later, a reformulated version of this hypothesis was developed emphasizing the relationship between the presence of formal cemeteries and mobility pattern of human groups. In this contribution we present a critical review on the formation of this hypothesis and discuss its limitations. Finally, two examples taken from the Brazilian archaeological record are used to show how the lack of a critical posture in relation to the Saxe/Goldstein Hypothesis may lead to fragile interpretations of the archaeological record.

**Keywords:** Archaeology of Death. Lagoa Santa. Sambaqui. Territoriality. Mobility patterns.

---

STRAUSS, André. Possibilidades e limitações interpretativas da Hipótese Saxe/Goldstein. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, v. 7, n. 2, p. 525-546, maio-ago. 2012.

Autor para correspondência: André Strauss. Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. Department of Human Evolution. Deutscher Platz 6 – 04103. Leipzig, Alemanha (andre\_strauss@eva.mpg.de).

Recebido em 22/08/2011

Aprovado em 15/05/2012

## INTRODUÇÃO

Poucas ideias geradas no seio da arqueologia processual gozaram de tamanha difusão quanto a oitava hipótese de Saxe (1970). A partir da simples constatação da existência de um 'cemitério', seria possível fazer uma série de afirmações sobre organização social, padrões de mobilidade e disponibilidade de recursos dos grupos estudados. A força da hipótese repousa na relação custo-benefício que ela oferece, trazendo grandes conclusões a partir de observações simplórias. Entretanto, é justamente por trás dessa aparente qualidade que reside seu maior perigo. Nesse trabalho, pretendemos resgatar a trajetória histórica da Hipótese Saxe/Goldstein desde seu surgimento, há mais de 40 anos. No percurso, as possibilidades interpretativas que ela fomenta serão contrapostas com suas nem sempre reconhecidas limitações. Ao final, dois casos tomados do registro arqueológico brasileiro serão discutidos à luz do que foi exposto.

## O ARCABOUÇO PROCESSUALISTA DA ARQUEOLOGIA DA MORTE

Ainda que o estudo das práticas funerárias tenha sido desde sempre uma parte importante da arqueologia, o termo 'Arqueologia da Morte' ficou fortemente associado às abordagens processualistas que, a partir da década de 1970, pretenderam reconstituir aspectos organizacionais das sociedades pretéritas a partir do estudo de seus vestígios mortuários (Binford, 1971; Bartel, 1982; Palgi e Abramovitch, 1984; Parker Pearson, 1999). Binford (1971) e Saxe (1970) estabeleceram os fundamentos dessa nova disciplina. Assim como ocorreu com os demais ramos da arqueologia processual, também a Arqueologia da Morte nasceu de uma crítica ferrenha às abordagens histórico-culturalistas vigentes até então. No campo das práticas funerárias, os trabalhos de Kroeber (1927) e Ucko (1969) constituíram a expressão mais cristalina dessa vertente teórica. De acordo com esses dois autores, as práticas mortuárias seriam fenômenos instáveis no tempo e no espaço, pois, devido a seu caráter fortemente emotivo, encontravam-se dissociadas dos blocos da sociedade

mais vinculados à economia e à subsistência (Kroeber, 1927, p. 314).

Para Binford, a questão fundamental era avaliar se a variabilidade das práticas mortuárias estava condicionada a aspectos estruturais da organização social, e não a crenças e ideologias de cada povo, conforme postulado por Kroeber (1927) e Ucko (1969). Essa era uma tese nevrálgica, pois, caso se confirmasse, implicaria a ideia de que sociedades organizadas de formas distintas gerariam vestígios mortuários distintos. Assim, por meio de algo análogo a um exercício de 'engenharia reversa', os arqueólogos poderiam determinar a organização social das populações pretéritas a partir do estudo de seus ritos funerários.

Nesse sentido, Binford (1971) propôs três hipóteses que vinculavam as práticas mortuárias à organização social. A primeira era a de que um número maior de dimensões simbólicas seria mais diferenciado nos ritos funerários de sociedades complexas do que em sociedades simples. A segunda hipótese era a de que, em sociedades com "complexidade mínima" (Binford, 1971, p. 18), as principais dimensões simbólicas utilizadas na distinção de *status* do falecido seriam baseadas em suas qualidades pessoais (isto é, idade, sexo e "capacidades diferenciais para o desempenho de tarefas culturais"). Por outro lado, em sociedades com maior complexidade, a posição social do falecido seria definida por características mais abstratas, oriundas de construções culturais, cujo intuito explícito seria hierarquizar os agrupamentos humanos (Binford, 1971, p. 18). A terceira hipótese partia do princípio de que, em sociedades igualitárias, o *status* social seria adquirido por feitos pessoais ao longo do tempo e, portanto, é de se esperar, por exemplo, que indivíduos de pouca idade tenham pouco prestígio social (Binford, 1971, p. 21). Assim, em sociedades igualitárias, haveria uma marcada diferenciação das práticas mortuárias em relação à idade. Mais especificamente, Binford prediz que essa diferenciação em relação à idade deveria ser expressa por meio do enterramento dos indivíduos jovens fora do espaço físico da comunidade. Binford levou a cabo uma pesquisa etnográfica comparativa entre 40 populações

distribuídas pelo globo e reunidas no “Human Relations Area Files” para testar suas três hipóteses e, a seus olhos, confirmou cada uma delas<sup>1</sup>.

Fortemente apoiado na teoria dos sistemas, na dos papéis (*role theory*), em análise componencial, na política evolutiva e na teoria da informação, Saxe (1970) procurou estabelecer as regularidades com que os elementos de um sistema sociocultural se relacionam com as práticas mortuárias de uma determinada população, particularmente no que concerne às suas expressões materiais. Para ele, a identificação de tais regularidades deveria passar por um método que enfatizasse as relações entre os termos, e não suas propriedades formais, como havia sido feito pela escola histórico-culturalista. Saxe ressaltou que as práticas mortuárias seriam produzidas dentro de um sistema e só poderiam ser compreendidas em referência a ele.

Quando falava em sistemas, Saxe referia-se mais especificamente à estrutura social e ao papel que os indivíduos desempenhavam nela:

Quando os arqueólogos escavam uma série de sepultamentos, eles não estão meramente escavando indivíduos, mas sim personalidades sociais coerentes que não apenas se relacionavam com outras personalidades sociais, como o faziam de acordo com regras e possibilidades estruturais determinadas pelo sistema social mais abrangente (Saxe, 1970, p. 4).

Conforme vimos acima, essas ideias já estavam presentes no trabalho de Binford, mas foi Saxe que as levou às últimas consequências. Todo o raciocínio de Saxe estava baseado em três categorias tomadas de empréstimo da teoria dos papéis: identidade social, relação de identidade e *persona* social. Mais especificamente, a formação da *persona* social não seria arbitrária, estando de acordo com os princípios organizacionais da estrutura social. A morte de um indivíduo é uma situação social particular, que resulta num número de relações de identidades

muito maior do que é usual no cotidiano, demandando uma representação plena das várias identidades sociais do indivíduo. Isso aumenta a chance de que identidades sociais incompatíveis sejam elencadas concomitantemente. Nas palavras de Saxe (1970, p. 6): “Na morte, a situação está estabelecida e uma escolha entre identidades sociais incompatíveis deve ser feita”.

Portanto, a dinâmica relacional entre identidade social, relação de identidade e *persona* social é plenamente expressa nas práticas mortuárias. Como, para Saxe, essas categorias são determinadas pela estrutura social, e uma vez que é possível recuperar estas no registro arqueológico através do estudo das práticas mortuárias, ele acredita ser possível recuperar a própria estrutura social da população em questão. Entretanto, assim como Binford (1971), Saxe não se referia a qualquer aspecto da estrutura social, mas, particularmente, ao seu grau de hierarquização e complexidade. Ou seja, o que os processualistas realmente pretendiam era, por meio do estudo do registro arqueológico das práticas mortuárias, estabelecer o grau de hierarquização e complexidade de uma determinada sociedade. O raciocínio basal que tornaria isto possível é o de que, em sociedades organizadas de formas diferentes (isto é, igualitárias *versus* hierarquizadas ou simples *versus* complexas), o número de diferentes identidades sociais varia de acordo com o número de relações de identidades que são sistemicamente possíveis.

No caso de sociedades igualitárias, por exemplo, a estrutura social faz com que o aumento no número de identidades sociais apresentadas por um indivíduo seja resultado de sua passagem progressiva pelas diferentes classes etárias. Ademais, apenas o sexo seria capaz de gerar diferenciação de identidades sociais. Seria impossível, portanto, devido a uma imposição da arquitetura do sistema, que uma criança apresentasse mais identidades sociais do que um adulto. Pode-se estabelecer, portanto, algo próximo a uma lei, segundo a qual, em

<sup>1</sup> Ver O'Shea (1984) para uma posição crítica.

sociedades simples e igualitárias, quanto mais jovem for o indivíduo, mais rasa será sua *persona* social, e vice-versa. Analogamente, espera-se que em uma sociedade igualitária não haja nenhum tipo de tratamento fúnebre que seja igualmente aplicado às crianças, aos homens e às mulheres, já que estruturalmente não há nenhuma identidade social possível que atravessasse categorias como sexo e idade<sup>2</sup>.

A partir desse tipo de raciocínio, Saxe formalizou oito hipóteses, nas quais sintetizou todas as suas projeções sobre a relação entre estrutura social e tratamento dos mortos. As oito hipóteses de Saxe ficaram muito conhecidas entre os arqueólogos. São, sem dúvida, os exemplos mais explícitos do tipo de expectativa que os processualistas tinham quando afirmavam que ou arqueologia era antropologia ou não era nada (Binford, 1962). De acordo com Saxe, “o negócio de um cientista é a formulação e o teste de hipóteses” (Saxe, 1970, p. 64).

Saxe testou cada uma de suas oito hipóteses contra a evidência etnográfica de três populações: os Ashanti, dos Estados Unidos; os Kapauku, da Nova Guiné; e os Bontoc Igorot, das Filipinas. Ainda que nem todas as hipóteses tenham sido confirmadas e muitas tenham sido abandonadas, as ideias nelas contidas permanecem no instrumental teórico de muitos daqueles arqueólogos que hoje estudam as práticas mortuárias de populações passadas. Entre elas, a oitava hipótese foi a que ficou mais conhecida e teve maior projeção.

## HIPÓTESE SAXE/GOLDSTEIN: PARA ALÉM DOS CEMITÉRIOS

Conforme dito anteriormente, um dos principais objetivos da Arqueologia da Morte era determinar o grau de complexidade social das sociedades passadas a partir do estudo de suas práticas funerárias. Entretanto, entre as oito hipóteses de Saxe, a que ganhou maior projeção foi uma que tratava de um tema completamente alheio a esse. A Hipótese n. 8 postula que:

To the degree that corporate group rights to use/or control crucial but restrict resources are attained and/or legitimized by means of lineal descent from the dead (i.e. lineal ties to ancestor), such groups will maintain formal disposal areas for the exclusive disposal of their dead, and conversely (Saxe, 1970, p. 119).

Ou seja, que a emergência de cemitérios formais (e a intensidade dessa formalidade) é resultado de um aumento na competição por recursos vitais; o que, por sua vez, leva à formação de grupos de descendência cujo objetivo é monopolizar o acesso a esses recursos, e esse monopólio é legitimado invocando a descendência dos ancestrais.

Entre as hipóteses de Saxe, nenhuma foi tão discutida por outros autores ou gozou de tamanha popularidade quanto a de número oito (Morris, 1991; Carr, 1995). É irônico que, entre tantas hipóteses baseadas em princípios quantitativos e em leis da termodinâmica, a maior contribuição do processualista tenha vindo de uma proposição cuja inspiração foi absolutamente indutiva: um relato etnográfico.

Em seu estudo sobre as sociedades das terras altas da Nova Guiné, Meggit (1965) observou que, enquanto algumas populações faziam distinção entre os parentes agnáticos e os cognáticos, outras não o faziam. Ele reparou que, quando comparadas às populações que não faziam tal distinção, aquelas populações que a faziam se encontravam em ambientes cuja disponibilidade de recursos era mais limitada. Para ele, a razão disso é que esses grupos agnáticos garantiam o direito da posse da terra, algo fundamental para as populações cujo acesso aos recursos vitais era mais restrito. O que Saxe fez foi basicamente reformular as ideias de Meggit sob a ótica do estudo das práticas mortuárias.

A partir da análise dos três casos etnográficos considerados em sua tese (Saxe, 1970), ele encontrou amplo suporte para sua teoria. Entre os Kapauku, os mortos eram colocados em cadafalsos dentro da casa em que faleciam. A casa era então selada e abandonada.

<sup>2</sup> Ver Peebles e Kus (1977) para um refinamento do modelo, e O'Shea (1984) para um rigoroso teste etnoarqueológico.

Não havia, portanto, cemitérios formais. Com relação à existência de grupos de descendência, Saxe afirma que, apesar deles existirem, os direitos que eram herdados a partir de aquisições pessoais eram muito mais importantes. Portanto, conforme o esperado, entre os Kapauku não existiam cemitérios e tampouco os grupos de parentesco desempenhavam alguma função importante na transmissão de direitos sobre recursos vitais.

No caso dos Ashanti, a terra pertencia aos ancestrais que estavam enterrados nela e nenhum indivíduo, nem mesmo o chefe, poderia aliená-la (Saxe, 1970, p. 198). Cada clã possuía uma área própria, cuja função exclusiva e permanente era receber os corpos dos indivíduos do próprio clã. Os Ashanti, portanto, apóiam a Hipótese n. 8.

No caso dos Bontoc Igorot, em que a importância dos grupos corporativos de descendência unilinear é pequena, não existem áreas formais para o depósito dos mortos, pelo menos não no que se refere à maioria da população. Entretanto, os guerreiros decapitados eram colocados em cavernas, nas quais se encontravam, exclusivamente, outros membros de mesmo grupo agnático. Para Saxe, apesar de essa situação caracterizar um cemitério, ela não indica a existência de um grupo agnático que monopoliza recursos vitais e legitima-se por meio do vínculo com o ancestral. O argumento é que, apesar de serem de um mesmo grupo, os adultos decapitados não representavam todos os indivíduos constituintes do grupo agnático (isto é, mulheres e crianças). Entretanto, apesar da interpretação de Saxe, o caso dos Bontoc Igorot deve ser visto com especial cautela, pois as informações disponíveis a respeito da importância dos grupos corporativos nesta sociedade eram muito parcas. Tal situação levou Saxe a exercer seu poder de adivinhação mais do que seria recomendado: "A partir da evidência escassa, nós sentimos que entre os Bontoc inexitem grupos de descendência unilaterais" (Saxe, 1970, p. 220). Ainda assim, contornando as eventuais inconsistências nos testes de sua hipótese, Saxe chegou à conclusão de que ela havia sido satisfatoriamente comprovada pelos seus dados.

Em 1971, em artigo sobre as práticas mortuárias das populações mesolíticas do Sudão, Saxe voltou sua atenção para os fatores demográficos associados à Hipótese n. 8. Afinal, uma maneira óbvia de se diminuir o acesso a recursos vitais é o aumento da densidade populacional. Nesse sentido, ele reformulou a proposição original de Meggit, enfatizando o vínculo existente entre densidade populacional e o 'grau' da agnação (isto é, a eficiência e influência da patrilinearidade). Saxe postula que as próprias práticas mortuárias desses grupos, caso esse vínculo fosse real, deveriam ser condicionadas a fatores demográficos.

Ele testou essa hipótese utilizando os cinco grupos que tinham sido estudados por Meggit e que apresentavam graus distintos de densidade demográfica e de agnação. Quando essa informação é comparada às práticas mortuárias, as expectativas de Saxe são confirmadas, pois a importância do ancestral, tal qual medida pelo nível de permanência das sepulturas, e a maior especialização de áreas formais de enterro, de fato, estão positivamente correlacionadas com aquelas duas variáveis (densidade demográfica e grau de agnação).

Em oposição às tribos horticultoras da Nova Guiné, Saxe contrapôs as práticas mortuárias dos Murngin e dos Tiwi, ambos grupos de aborígenes australianos caçadores-coletores. Os primeiros não deixam sequer vestígio de seus mortos e o segundo grupo enterra os mortos onde quer que eles tenham falecido. Com esses exemplos, Saxe sugere ser possível diferenciar entre a organização social de 'bando' (aborígenes australianos caçadores-coletores) e de 'tribos' (horticultores da Nova Guiné) a partir da presença ou ausência de áreas formais para depositar os mortos. Assim, na medida em que entre as populações mesolíticas do Sudão, que são o foco do seu estudo, existem cemitérios, estas devem ter sido organizadas em tribos e não em bandos (Saxe, 1971, p. 51). De forma muito incipiente, Saxe antecipava uma discussão que se tornaria central a partir da década de 1980, sobre a relação das práticas mortuárias entre caçadores-coletores e seus padrões de mobilidade.

Entretanto, é difícil acompanhar o argumento de Saxe na medida em que ele mesmo mostrou que entre grupos da Nova Guiné (Huli, Fore e Kume), cuja organização social é muito parecida, existem aqueles nos quais as áreas formais para o enterro dos mortos estão presentes e aqueles em que essas áreas estão ausentes. Parece que, na ânsia de retomar a questão das dimensões sociais das práticas mortuárias, ele se esqueceu que na formulação de sua hipótese não existe nenhuma relação entre organização social e existência de cemitérios, pelo menos não de maneira explícita. Ou seja, pouco importa se a população era caçadora-coletora, agricultora ou pastoralista; se estava organizada em bandos, tribos, cacicados ou estados; mas sim se dentro de cada um desses sistemas existiam ou não grupos corporativos que monopolizavam o acesso a recursos restritos e que legitimavam este ato por meio da descendência dos ancestrais. Inclusive, conforme discutido mais adiante (Littleton, 1998, 2002; Littleton e Allen, 2007; Woodburn, 1982), a ideia de que caçadores-coletores não enterram seus mortos não tem fundamento empírico.

Em 1977, Saxe e Gall publicaram um estudo etnográfico entre os Temuan, da Malásia, cujo intuito específico era testar a Hipótese n. 8. Além disso, esse é um dos primeiros estudos que atentam para as modificações das práticas mortuárias ao longo do tempo. Os Temuan eram um grupo igualitário que praticava a agricultura de coivara. A terra era de posse comunal da aldeia e não existia escassez de recursos. Não existiam tampouco, conforme predito pela Hipótese n. 8, grupos corporativos que controlassem o acesso às terras. Além disso, ainda de acordo com o previsto pela Hipótese n. 8, os Temuan não enterram seus mortos em cemitérios: os adultos eram enterrados em suas residências, que eram queimadas em seguida.

Entretanto, a partir da Segunda Guerra Mundial, a realidade econômico-social dos Temuan mudou radicalmente. A política de remanejamento fundiário do governo transferiu terras que antes eram dos Temuan

para outros grupos, gerando uma escassez de recursos cruciais até então inexistente entre eles (Saxe e Gall, 1977, p. 79). Além disso, a densidade populacional subiu em decorrência da introdução de técnicas da medicina moderna. Com a diminuição de terras disponíveis e o aumento da população, a resposta encontrada pelos Temuan foi a de que cada aldeia passou a procurar um aumento da produtividade. Grupos de trabalho mais numerosos com funções corporativas apareceram. Esses grupos passaram a operar como facções dentro de cada aldeia, competindo entre si pelos recursos, cada vez mais escassos. A indisponibilidade de terras forçou um maior sedentarismo, tornando inviável a prática mortuária de queimar a habitação e abandonar a aldeia. Como reflexo de todos esses fatores, os Temuan passaram a enterrar seus mortos em cemitérios.

Para Saxe e Gall, essa transformação ocorreu de acordo com aquilo que postula a Hipótese n. 8, comprovando sua validade teórica. Por outro lado, apesar dessas mudanças, o tratamento dado para cada *persona* social continuou o mesmo. De acordo com Saxe, isso é esperado na medida em que os Temuan continuaram tendo uma sociedade igualitária. Portanto, ele parece reconhecer que sua Hipótese n. 8 está mais vinculada a fatores ecológicos (ou seja, ao acesso a recursos vitais) do que a fatores da organização social (contra seu artigo de 1971).

Apesar dos esforços de Saxe em confrontar sua Hipótese n. 8 com a evidência etnográfica, coube a Lynne Goldstein (1976) realizar o teste derradeiro por meio de um estudo comparativo entre 30 etnias. Com essa amostra mais ampla, ela foi capaz de fazer importantes modificações na hipótese original de Saxe, que foi desdobrada em três sub-hipóteses:

A. Na medida em que o direito de grupos corporativos de usar e/ou controlar recursos cruciais, porém restritos, é obtido e/ou legitimado pela descendência linear dos mortos (i.e. laços lineares com os ancestrais), esses grupos irão, através da religião popular e sua ritualização, reafirmar regularmente o grupo corporativo e seus

direitos. Uma maneira pela qual tal ritualização pode ser expressa é através da manutenção de áreas permanentes, especializadas e delimitadas, cujo uso é exclusivo para o depósito de seus mortos.

B. Se existe uma área especializada e delimitada cujo uso é destinado exclusivamente para o depósito dos mortos, então é provável que isso reflita a existência de grupos corporativos que têm direitos sobre o uso e/ou controle de recursos cruciais restritos. A manutenção desse grupo corporativo é possivelmente realizada através da descendência linear dos ancestrais, seja em termos de uma linhagem de fato, seja na forma de uma tradição forte e bem estabelecida, na qual os recursos cruciais são passados de pais para filhos.

C. Quanto mais estruturada e formal for a área para o depósito dos mortos, menos explicações alternativas sobre a organização social estarão disponíveis.

Esta nova versão foi plenamente incorporada por todos os estudiosos da Arqueologia da Morte, substituindo a versão original de Saxe. A partir dos trabalhos de Goldstein (1976, 1981), a Hipótese n. 8 passou a ser chamada de Hipótese Saxe/Goldstein. Seu estudo comparativo mostrou que, de maneira geral, a evidência etnográfica sustentava a oitava hipótese (Goldstein, 1976, p. 57). Entretanto, ela identificou uma importante falha: que a Hipótese n. 8, notadamente, pretende ser válida numa via de mão dupla. Ou seja, que tanto a existência de grupos corporativos implicaria existência de áreas formais para o depósito dos mortos, como a existência dessas áreas implicaria existência daqueles grupos. De acordo com Goldstein, essa é uma via de mão única. Se um cemitério ou uma área formal e especializada para o depósito dos mortos existe, há uma tendência para que isso reflita grupos corporativos que detêm controle de recursos importantes. Por outro lado, não é porque tais grupos existem que necessariamente haverá áreas formais para o depósito dos mortos. A razão para isso é que nem todas as culturas vão simbolizar e ritualizar o corporativismo da mesma forma (Goldstein,

1976, p. 59); ele pode existir e ser expresso através de outros meios que não as práticas funerárias.

### A EXTENSÃO DA HIPÓTESE SAXE/GOLDSTEIN PARA GRUPOS CAÇADORES-COLETORES

Em 1983, Charles e Buikstra iniciaram um importante debate sobre como as teorias a respeito das dimensões sociais das práticas mortuárias, majoritariamente desenvolvidas a partir do estudo de populações horticultoras, adequavam-se à realidade de grupos caçadores-coletores. Assim, eles propuseram uma nova roupagem para a Hipótese de Saxe/Goldstein, na qual a existência de grupos corporativos foi colocada em segundo plano e o foco principal passou a ser a associação explícita entre a existência ou não de cemitérios e padrões de mobilidade. Mais especificamente, eles postularam que a existência de cemitérios implica, necessariamente, sedentarismo (Charles e Buikstra, 1983, p. 119):

1. A utilização de áreas formais como cemitérios deverá estar correlacionada com estratégias de subsistência sedentárias adotadas pelos grupos que utilizam o cemitério.

2. O grau de estruturação espacial presente no domínio mortuário deverá estar correlacionado com o grau de competição entre grupos por recursos cruciais.

3. Na sociedade como um todo, grupos corporativos serão distinguidos pela inclusão em cemitérios distintos ou pela inclusão em áreas distintas dentro de um mesmo cemitério.

Num certo sentido, a reformulação proposta por eles partia da observação de uma contradição essencial que existia na forma original da Hipótese Saxe/Goldstein, de acordo com a qual grupos caçadores-coletores não deveriam apresentar cemitérios formais. Entretanto, especialmente no registro arqueológico, existem diversos casos que contradizem essa expectativa. De acordo com a formulação original, a relação entre grupos corporativos

e formalidade na área de depósito dos mortos seria uma exclusividade de sociedades que praticam algum tipo de agricultura ou horticultura, em que a terra constitui o recurso mais importante (Binford, 1971; Goldstein, 1976, 1981; Pardoe, 1988; Saxe, 1970, 1971; Saxe e Gall, 1977). Existiria, portanto, uma divergência entre a ausência de tais áreas formais entre os caçadores-coletores descritos etnograficamente e a presença de tais áreas entre os caçadores-coletores do registro arqueológico.

Antes de prosseguir com a argumentação de Charles e Buikstra, é importante alertar que a visão deles, segundo a qual grupos caçadores-coletores etnográficos não teriam áreas formais para sepultar seus mortos, está longe de ser uma unanimidade na literatura. É verdade que autores clássicos como Saxe (1971) e Goldstein (1976), de fato, sugeriram que esse era o caso. Entretanto, Woodburn (1982) cita uma série de etnografias que descrevem áreas formais que caçadores-coletores mantêm para o depósito dos mortos (esse trabalho é discutido em detalhes mais adiante).

De qualquer maneira, para Charles e Buikstra (1983), essa incompatibilidade seria fruto de um viés etnográfico em que a maioria das populações caçadoras-coletoras estudadas habitava ambientes marginais. De acordo com eles, em ambientes marginais, onde a disponibilidade de recursos é menor, os grupos caçadores-coletores tenderiam a adotar padrões mais móveis de ocupação do território. Por outro lado, e esse é o ponto fundamental para eles, entre grupos caçadores-coletores que não habitam zonas marginais e que, portanto, não têm problemas com escassez de recursos, a estratégia de ocupação do território seria mais sedentária.

Como é possível perceber, a base do argumento é profundamente circular. Charles e Buikstra (1983) não se prestam nem mesmo a procurar um correlato etnográfico de uma população caçadora-coletora que não vivesse em ambientes marginais, a qual, de acordo com a teoria, deveria apresentar cemitérios formais. Ainda assim, esse é um trabalho que se tornou referência no estudo das práticas mortuárias. Uma das razões é que, apesar da

resposta oferecida pelos autores não ser plenamente satisfatória, a questão que eles colocam é pertinente para um grande número de arqueólogos: “Como interpretar a existência de cemitérios formais entre grupos caçadores-coletores?”. Além disso, a solução oferecida por eles é de fácil aplicação e, portanto, muito atrativa.

A interpretação feita por eles das práticas mortuárias do período Arcaico do Mississipi é um ótimo exemplo disso. Assim, a presença de cemitérios formais é interpretada como evidência de que populações sedentárias residiam na região há 6.000 anos. Portanto, os grupos arcaicos do Mississipi não ocupariam “áreas marginais”, mas sim ambientes que permitiam uma exploração estável do território (Charles e Buikstra, 1983, p. 126): “Essas populações eram sedentárias, no sentido de que ocupavam um mesmo lugar durante todo o ano ou de que ocupavam de forma sazonal vários locais dentro de um mesmo território estável”.

A proposta de Charles e Buikstra (1983) é promissora para a interpretação das práticas mortuárias entre caçadores-coletores. Entretanto, até o presente momento, a associação entre sedentarismo e a existência de áreas formais para o depósito dos mortos não foi formalmente testada. Os trabalhos que desenvolveram essa temática, discutidos a seguir, focaram em qualificar a hipótese e não em testá-la. Nesse sentido, um aspecto que recebeu muita atenção foi o conceito de padrão de mobilidade. Desenvolveu-se um consenso de que o termo ‘caçadores-coletores sedentários’, tal qual usado por Charles e Buikstra (1983), era inadequado e precisava ser substituído.

De acordo com Bement (1994), o termo ‘sedentário’ deve ser usado exclusivamente para referir-se à ocupação de um mesmo sítio durante todo o ano. Quando Charles e Buikstra (1983) utilizam o termo, eles estão se referindo a acampamentos de grande porte que são ocupados de forma repetida, nos quais alguns membros do grupo, particularmente os idosos, podem permanecer durante o ano todo. Ainda que seja possível defender a tese de que os territórios – como um todo – explorados por grupos caçadores sejam mais estáveis ou menos estáveis, deve-se

reservar o termo 'sedentário' para referir-se à mobilidade dos próprios acampamentos, e não do território. Para Bement, portanto, nenhum grupo caçador-coletor se encaixaria na definição de 'sedentário' (Bement, 1994, p. 24): "Portanto, o termo sedentário tal como utilizado por Charles e Buikstra significa qualquer coisa menos não-móvel, e o local onde se encontram os sepultamentos é apenas uma localidade culturalmente importante, na qual visitas sazonais planejadas são realizadas".

A posição de Bement está de acordo com o texto clássico de Binford (1980) sobre padrões de mobilidade entre caçadores-coletores. Nesse estudo, Binford define dois tipos básicos de mobilidade entre caçadores-coletores: mobilidade residencial e mobilidade logística. Num certo sentido, é possível afirmar que o tipo de mobilidade logística é mais sedentário em relação ao tipo de mobilidade residencial. Isso porque, no caso do primeiro tipo de mobilidade, os acampamentos residenciais são mudados com maior frequência. Entretanto, isso não significa que caçadores-coletores cuja mobilidade é do tipo logística não sejam extremamente móveis. O caso emblemático de caçadores-coletores com mobilidade logística, os Inuit, ilustra porque o uso do termo 'sedentário' é impróprio (Binford, 1980). Pela perspectiva de Charles e Buikstra, os Inuit seriam 'caçadores-coletores sedentários', já que apresentam uma baixa mobilidade de seus acampamentos residenciais. Entretanto, afirmar que os Inuit são sedentários é um absurdo, pois é sabido que eles percorrem longas distâncias a cada ciclo anual em busca de recursos específicos (Binford, 1980). Tampouco seria aceitável caracterizar os Inuit como grupos que vivem em ambientes nos quais não existam limitações de recursos.

Em seu estudo etnográfico das práticas mortuárias de grupos caçadores-coletores, Woodburn (1982) chegou a conclusões muito similares às de Bement (1994). Ele analisou quatro sociedades africanas: os Hadza, do norte da Tanzânia, cuja etnografia ele mesmo realizou; os Pigmeus Baka, de Camarões; os Pigmeus Mbuti, do Zaire; e os !Kung Bushmen, da Botsuana e da Namíbia. Apesar das

diferenças, todos esses grupos compartilham uma série de elementos na maneira de lidar com a morte.

Nas quatro sociedades estudadas, os procedimentos para o tratamento e depósito dos mortos são muito simples, rápidos e mundanos: "Eles vão além, mas não muito além, das necessidades práticas de se livrar do corpo que vai apodrecer" (Woodburn, 1982, p. 202). De maneira geral, o corpo é enterrado sem nenhum acompanhamento, numa fossa rasa escavada no chão da cabana do falecido. A cabana é, então, derrubada sobre a cova e a aldeia imediatamente abandonada. Além disso, as tarefas e responsabilidades associadas ao sepultamento são compartilhadas por toda a sociedade, não sendo atribuídas apenas aos parentes do falecido. Não existe uma preocupação com as causas da morte, tampouco uma classificação entre mortes boas ou ruins. A única divisão de trabalho diz respeito ao sexo: as mulheres choram e os homens enterram o corpo.

Woodburn (1982) sustenta que esse conjunto de características não é um produto direto do padrão de subsistência nômade dos grupos caçadores-coletores, já que, "em outras partes do mundo, caçadores-coletores nômades ou semi-nômades frequentemente apresentam práticas mortuárias sofisticadas" (Woodburn, 1982, p. 205). A distinção que fundamentaria essa diferença no grau de elaboração das práticas mortuárias seria entre aqueles caçadores-coletores com o que ele chamou de estratégia de subsistência de "retorno imediato" e aqueles com uma estratégia de "retorno retardado" (*delayed return*). Grosso modo, essas categorias são análogas às categorias de mobilidade territorial propostas por Binford (1980).

O trabalho de Woodburn é o que mais se aproxima de um teste etnográfico da associação proposta por Charles e Buikstra (1983) entre padrões de mobilidade em grupos caçadores-coletores e a existência de áreas formais para o depósito dos mortos. As conclusões de Woodburn sustentam essa associação. Além disso, ele confirma as críticas de Bement, pois reconhece que mesmo caçadores-coletores que adotam uma estratégia

de subsistência de retorno retardado não deixam de ser nômades. Curiosamente, mesmo esse sendo o único estudo etnográfico que sustenta a hipótese de Charles e Buikstra (1983), e tendo sido publicado um ano antes, não chegou a ser incluído no trabalho desses autores.

Em 1999, Walthall propôs mais uma tipologia para o comportamento funerário dos grupos caçadores-coletores. Segundo ele, esses poderiam ser divididos em dois modelos: o Modelo do Depósito Expedito (*Expedient Disposal Model*) e o Modelo do Depósito em Lugares Especiais (*Special-Place Disposal Model*). O primeiro seria praticado por grupos com alta mobilidade residencial, incluindo desde o abandono do corpo do falecido até o enterro em covas rasas dentro ou próximo à habitação do morto. Esse tipo de comportamento funerário não geraria, de forma intencional, áreas formais e bem delimitadas para depósito dos mortos. Por outro lado, o Modelo do Depósito em Lugares Especiais seria praticado por grupos de caçadores-coletores com territórios mais restritos e sistemas econômicos mais intensos, que se baseiam na exploração de recursos previsíveis e abundantes que permitiriam a ocupação prolongada de localidades particulares (Walthall, 1999, p. 4). Esses grupos apresentariam cemitérios formais onde os mortos seriam enterrados. Portanto, Walthall nada faz além de apresentar uma nova tipologia para uma velha hipótese, sem, contudo, oferecer o teste etnográfico necessário para determinar sua validade. Além disso, ele reafirma a ideia segundo a qual a existência de cemitérios formais estaria associada a ambientes caracterizados por abundância de recursos, posição oposta àquela originalmente apresentada por Saxe (1970) em sua Hipótese n. 8.

## O CONCEITO DE CEMITÉRIO FORMAL

Tanto no que se refere à Hipótese Saxe/Goldstein, de maneira geral, como no que se refere à versão originalmente reformulada por Charles e Buikstra (1983), um elemento central é a existência ou não de 'áreas formais para o depósito dos mortos'. Ou seja, mesmo assumindo-se que os pressupostos da teoria sejam válidos, ela só pode ser

aplicada em casos nos quais seja caracterizada a presença de um cemitério formal. Longe de ser assunto trivial, a definição e a identificação dessas 'áreas formais' são tarefas difíceis e muito debatidas entre os arqueólogos. Muitas vezes, porém, assume-se que a distinção é evidente (para um exemplo, vide Goldstein, 1981, p. 62). Entretanto, conforme enfatizam Charles e Buikstra (1983, p. 130): "A importância da noção de cemitério formal deve ser reconhecida. Um grande número de sepultamentos numa única localidade não atende, automaticamente, aos critérios".

De acordo com o próprio Saxe (1970, p. 119), um cemitério é uma área formal, espacialmente delimitada, cujo uso se destina especial, permanente e exclusivamente para o sepultamento dos mortos. Reconhecer um cemitério no registro arqueológico significa, portanto, atestar que todas essas condições são satisfeitas. Um exemplo ilustra as possíveis dificuldades dessa tarefa. Não é raro encontrar sociedades que enterram seus mortos dentro do espaço doméstico, dentro de suas cabanas ou junto a algum espaço público da aldeia. Ainda que esse padrão de sepultamento gere, do ponto de vista estritamente arqueológico, uma concentração de esqueletos num espaço circunscrito, ele não caracteriza um cemitério, pois a área não era de uso exclusivo e especializado.

Charles e Buikstra (1983, p. 130) citam um exemplo muito ilustrativo daquilo que não é uma área formal para o depósito dos mortos:

Jeffries e Lynch, por exemplo, encontraram 154 sepultamentos (de um total projetado de mais de 500) no sítio Black Earth que podem ser atribuídos ao Arcaico Médio. Entretanto, uma vez que os enterros foram feitos num montículo no qual existem outras estruturas, o critério de exclusividade de uso não é satisfeito e a presença desses esqueletos não pode ser utilizada para defender o argumento de que essa era uma população sedentária ou que apresentava algum tipo de comportamento territorialista.

No mesmo sentido, Walthall (1999, p. 3) afirma que, mesmo entre grupos caçadores-coletores que não mantêm intencionalmente áreas formais para o

depósito dos mortos, localidades que são frequentemente reocupadas, como nos casos de abrigos rochosos ou de montículos próximos a fontes fixas de recursos, levam a uma acumulação não intencional de sepultamentos que mimetizaria um cemitério formal e bem delimitado. Assim, em seu estudo sobre as práticas mortuárias do início do Holoceno na América do Norte (Walthall, 1999, p. 5), ele considera que a presença de agrupamentos de sepultamentos dentro de abrigos rochosos não caracteriza áreas formais de depósito dos mortos. Não podem ser, portanto, considerados como cemitérios ou 'necrópoles' e não autorizam as interpretações de praxe que seriam feitas em nome da Hipótese Saxe/Goldstein.

Esse ponto, apesar de amplamente reconhecido, nem sempre é respeitado. Brandt (1988), por exemplo, analisou os mais antigos sepultamentos da região do Chifre da África (Somália e Etiópia), datados em cerca de 8.000 anos AP. Num caso típico do uso simplório da Hipótese Saxe/Goldstein, ele assumiu que a presença desses enterros indicava um aumento da densidade populacional (aumento no número de grupos), uma mudança do padrão de mobilidade para mais sedentário e uma maior ênfase na delimitação e na defesa dos territórios. Entretanto, conforme reconhecido pelo próprio Brandt, o abrigo no qual foram encontrados os esqueletos não era utilizado exclusivamente para o enterro dos mortos, mas também para habitação. Para Brandt (1988), um espaço formal para o depósito dos mortos não precisa ser, necessariamente, exclusivo. É claro que isto não está de acordo com as ideias descritas anteriormente (Charles e Buikstra, 1983; Goldstein, 1976, 1981; Saxe, 1970, 1971; Saxe e Gall, 1977).

Ainda assim, em defesa de Brandt (1988), é preciso que se diga que, apesar do consenso de que a aplicação da teoria depende do fato de a área de depósito dos mortos ser de uso exclusivo, não existe nenhuma pesquisa direcionada especificamente para avaliar a veracidade desse pressuposto. Nesse sentido, Pardoe (1988, p. 2) reconhece que "a ideia de exclusividade como uma característica diagnóstica de cemitérios está implícita na maioria dos

estudos mortuários e dada como certa nos exemplos etnográficos".

Em nenhuma outra área do mundo, a definição do que constitui uma área formal para o depósito dos mortos, particularmente entre grupos caçadores-coletores, foi tão importante como no sudeste da Austrália. A razão disso é que os inúmeros sítios em que foram encontrados sepultamentos humanos abarcam um amplo espectro de variação, que vai desde enterramentos isolados até a agregação de dezenas de esqueletos numa área circunscrita. Nos extremos da variação seria razoavelmente fácil classificar os sítios como sendo ou não áreas formais para o depósito dos mortos (mas, ver Littleton e Allen, 2007). Entretanto, onde estabelecer a linha de corte entre aqueles sítios que podem ou não ser chamados de cemitério?

Com o objetivo de resolver essa questão, Pardoe (1988) foi o primeiro, e possivelmente único autor, que se prestou a estabelecer critérios formais para definir um cemitério. Notadamente, para que um sítio seja considerado como tal, ele tem de atender quatro especificações: a) um número mínimo de enterramentos (pelo menos 20); b) uma densidade mínima (pelo menos um enterro a cada 100 m<sup>2</sup>); c) fronteira espacial bem delimitada, indicada pela queda brusca na densidade; d) exclusividade de uso para fins mortuários. Os valores específicos de número de enterros e de densidade foram estabelecidos a partir do registro arqueológico do sudeste australiano e são, reconhecidamente, apenas uma sugestão.

Por trás dos três primeiros critérios reside a constatação de que um elemento central na definição de um cemitério é que todos os sepultamentos estejam relacionados entre si, não apenas espacialmente, mas também temporalmente, no sentido de que os enterros anteriores condicionem os enterros seguintes. Além disso, é preciso que exista um fio condutor que ligue os enterros de um ponto de vista simbólico e operacional.

As razões subjacentes ao quarto critério, entretanto, são menos claras. Ele afirma, seguindo uma antiga tradição na Arqueologia da Morte (Saxe, 1970; Goldstein, 1976,

1981; Chapman e Randsborg, 1981; entre muitos outros), que “a declaração explícita desse critério é normalmente desnecessária, pois todos sabemos que os cemitérios têm apenas um uso” (Pardoe, 1988, p. 2). Entretanto, nunca foi feito nenhum estudo para verificar se, de fato, áreas formais para o depósito dos mortos precisam ser, necessariamente, exclusivas e segregadas. Afinal, de um ponto de vista estritamente lógico, as duas categorias não são mutuamente exclusivas. Por que uma população não poderia, por exemplo, ter uma área formal para o depósito dos mortos localizada dentro dos limites de sua aldeia? Caso tal associação se mostre espúria, uma considerável parte do arcabouço teórico da Arqueologia da Morte teria de ser modificada. Entretanto, até que tal estudo seja feito, a exclusividade de uso continua figurando como critério necessário para um conjunto de esqueletos ser considerado uma área formal para o depósito dos mortos.

### O CONCEITO DE CEMITÉRIO COMO ALGO ANACRÔNICO PARA A INTERPRETAÇÃO DE GRUPOS CAÇADORES-COLETORES

Recentemente, a própria validade do uso do termo ‘cemitério’ foi questionada. Littleton (1998, 2002) e Littleton e Allen (2007) criticaram as interpretações tradicionais do registro arqueológico australiano, principalmente a aplicação dos critérios propostos por Pardoe (1988). Grosso modo, a aplicação desses critérios leva, conforme descrito nos últimos parágrafos, a um quadro em que sítios maiores (isto é, com muitos esqueletos) são classificados como cemitérios, e sítios menores como não cemitérios. Entretanto, Littleton (2002) mostra que, em muitos desses sítios menores que Pardoe (1988, 1993) não considerou como cemitérios, as atividades fúnebres eram feitas de acordo com um formalismo muito bem delimitado, e que, apesar de pequenas, essas áreas eram intencionalmente mantidas para o enterro dos mortos. Assim, ela enfatizou que a exclusividade de uso, a manutenção deliberada e a preferência por locais específicos, aspectos fundamentais para a caracterização de áreas formais, podem estar

presentes mesmo no caso de sítios em que o número de enterros é muito pequeno. Por outro lado, chamar um agrupamento de dois ou três esqueletos de um ‘cemitério formal’ seria algo de difícil sustentação.

Além disso, ela relativizou outro aspecto central da definição de Pardoe (1988): o significado da delimitação espacial (fronteira) dos conjuntos de sepultamentos. Se, por um lado, essa delimitação pode indicar que uma área foi previamente selecionada (delimitada) para o enterro dos mortos, como no caso dos cemitérios modernos, por outro lado, ela pode ser fruto do desejo de se enterrar os mortos próximos uns aos outros, sem que a área em questão tenha sido intencionalmente delimitada. Para ela, esse último quadro é mais provável entre os grupos australianos estudados.

Entretanto, Littleton (2002) não pretende que esses sítios menores sejam considerados como cemitérios. Pelo contrário, o uso do termo ‘cemitério’ lhe parece inadequado e demasiadamente vinculado com a Hipótese n. 8. Classificar esses agrupamentos de poucos sepultamentos como um ‘cemitério’ é ignorar as diferenças essenciais de escala e espacialidade entre eles, além de implicar interpretações simbólicas que normalmente se atribui a cemitérios (Littleton, 2002, p. 118).

Ela sugere que uma distinção mais pertinente é aquela entre o que chamou de “áreas de sepultamento deliberadamente mantidas” e “áreas de sepultamento não deliberadamente mantidas”. Apresenta, inclusive, cinco critérios que podem ser utilizados na identificação de tais áreas: a) número de enterramentos, mais do que um ou dois; b) densidade moderada ou alta de enterros; c) exclusividade de uso; d) evidência de uso ao longo do tempo; e) padrões formais. Aquilo que poderia parecer nada mais do que uma mera mudança semântica ganha importância quando se leva em consideração que acarreta na negação da possibilidade de aplicar-se a Hipótese Saxe/Goldstein para sítios arqueológicos gerados por grupos caçadores-coletores nos quais são encontrados sepultamentos humanos.

Outra possibilidade para se entender os 'cemitérios' dos grupos caçadores-coletores é por meio do conceito de "locais persistentes" (*persistent places*) (Littleton e Allen, 2007). Schlanger (1992, p. 92) afirma que locais persistentes podem surgir por três razões distintas: existência de qualidades únicas para atividades específicas, existência de vestígios ou estruturas que por si motivam a reocupação ou por meio de processos de longa duração de ocupação e revisitação. No caso dos aborígenes australianos estudados por Littleton e Allen (2007), os locais de sepultamento são locais persistentes de duas formas. Em primeiro lugar porque se localizam em pontos da paisagem que são reconhecidos como favoráveis para essa atividade. Em segundo lugar porque, uma vez que um sepultamento é realizado, sua própria existência leva a uma reestruturação da paisagem, já que o local em que ele foi feito passa a ser evitado para a ocupação cotidiana. Ou seja, a presença daquilo que a arqueologia tradicionalmente chamaria de 'cemitérios' entre grupos caçadores-coletores pode estar mais diretamente relacionado com a paisagem na qual esses grupos estão inseridos do que com seu tipo de padrão de mobilidade. Novamente, a Hipótese n. 8 fica relegada a um segundo plano (Littleton e Allen, 2007, p. 296): "Pode ser que esses lugares persistentes sejam usados por atores específicos para legitimar seus vínculos com os ancestrais, mas essa é apenas uma entre inúmeras maneiras através das quais o uso e a posse da terra eram negociados".

Por fim, um ponto importante que não foi salientado sobre a versão da Hipótese n. 8, que associa padrões de mobilidade de grupos caçadores-coletores com a existência de cemitérios, é que ela opera uma inversão elementar em relação à versão original proposta por Saxe (1970). Enquanto, para este último, são os ambientes onde os recursos vitais são escassos que levam ao surgimento de áreas formais para o depósito dos mortos, na versão de Charles e Buikstra ocorre justamente o oposto. Seriam as áreas onde existe abundância de recursos vitais que levariam ao surgimento de cemitérios formais. Esse antagonismo talvez seja reflexo de que a hipótese que associa cemitérios a

grupos corporativos é independente da hipótese que associa cemitérios a padrões de mobilidade. A única coisa que une as duas formulações é o fato de que a existência de cemitérios é um fator em comum. Isso causou a falsa impressão de que essas duas hipóteses são os dois lados da mesma moeda. Não são, são duas moedas distintas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: A APLICAÇÃO DA HIPÓTESE SAXE/GOLDSTEIN

Conforme discutido neste trabalho, existem problemas, em diversos níveis, inerentes à Hipótese Saxe/Goldstein. É possível dividir esses problemas em dois tipos. O primeiro diz respeito a detalhes da própria teoria, que nem sempre são observados ou respeitados. Nesse sentido, o próprio Saxe (1970) já enfatizava que a Hipótese Saxe/Goldstein não se aplicava a todo e qualquer agrupamento de esqueletos humanos, mas somente no caso de cemitérios formais. Ainda assim, muitas vezes esse pré-requisito não foi e não é observado pelos arqueólogos. Outro ponto importante refere-se às afirmações da Hipótese Saxe/Goldstein sobre a relação entre disponibilidade de recursos e formação de cemitérios formais. Há uma contradição entre sua forma inicial, que versava sobre sociedades sedentárias (Saxe, 1970), e aquela que versava sobre sociedades caçadoras-coletoras (Charles e Buikstra, 1983). Enquanto, no primeiro caso, era a escassez de recursos que levava, em última análise, à formação dos cemitérios, no segundo caso era justamente a abundância de recursos que levaria à formação dos cemitérios. Essa contradição elementar, que coloca em dúvida os pontos mais fundamentais da Hipótese Saxe/Goldstein, nunca foi, até onde sabemos, denunciada de forma tão clara quanto aqui.

Além dessas questões inerentes à própria teoria, existem críticas mais holísticas que também merecem ser observadas. Uma dessas críticas diz respeito às implicações da Hipótese Saxe/Goldstein em relação ao padrão de mobilidade de grupos caçadores-coletores. Ainda que exista uma base teórica sustentando a ideia de que grupos com padrão de mobilidade logística sejam mais

propensos a manter uma área formal para o depósito dos mortos, essa não é uma relação direta e, muito menos, necessária. Por fim, um problema fundamental da oitava hipótese é a sua generalidade demasiadamente exagerada, que praticamente a esvazia de significado. Dois exemplos tomados da arqueologia brasileira ilustram as limitações das interpretações baseadas na Hipótese Saxe/Goldstein.

Os sambaquis figuram como uma das principais áreas de estudo da arqueologia brasileira desde o século XIX (Gaspar *et al.*, 2008). Já foram considerados acumulações naturais de conchas, mas hoje existe uma tendência por parte de alguns autores de considerá-los como verdadeiros monumentos fúnebres de sociedades caçadoras-coletoras 'complexas'. Essa opinião, entretanto, está longe de ser hegemônica, e a visão segundo a qual diversos tipos de atividades eram realizadas nos sambaquis ainda é corrente. Nessa discussão, a Hipótese Saxe/Goldstein foi utilizada como pano de fundo para interpretar as práticas funerárias sambaqueiras. Em seu estudo sobre as práticas mortuárias em sambaquis do litoral do estado de São Paulo, Silva (2005, p. 355), por exemplo, chegou às seguintes conclusões:

A utilização de áreas específicas para a implantação de cemitérios está correlacionada com estratégias de subsistência sedentárias desenvolvidas pelos grupos que se utilizam da área funerária. A forma de estruturação interna desses domínios mortuários – relativos a uma extensão territorial – expressaria o grau de competição por recursos essenciais de subsistência entre grupos litorâneos de pescadores-coletores-caçadores. Os sepultamentos representam a legitimação do controle dos recursos de subsistência, em um território definido pela descendência direta dos componentes do grupo em relação aos ancestrais já inumados na área funerária. Ainda, a consistência na forma dos sítios mortuários do litoral – sambaquis e similares – dada pelo predomínio de inumações primárias indica pequena mobilidade sazonal contida no interior de territórios estáveis.

O teor interpretativo dessa passagem é nitidamente baseado nas premissas da Hipótese Saxe/Goldstein.

Entretanto, essas mesmas palavras poderiam ser estendidas para todo e qualquer agrupamento de sepultamentos primários encontrados em qualquer época ou qualquer lugar do mundo. Ou seja, esse tipo de análise é tão inespecífico que sua utilidade é questionável para entender um sítio arqueológico particular. Afinal, nem é preciso escavar o sítio ou olhar para os ossos para ter as informações necessárias para 'aplicar' a Hipótese Saxe/Goldstein. Em última análise, todos os grupos caçadores-coletores pré-históricos para os quais forem encontrados remanescentes esqueléticos humanos terão de ser considerados como sedentários, o que é completamente descabido. Isso mostra como a generalidade exacerbada da Hipótese Saxe/Goldstein pode lhe esvaziar de significado.

Além disso, a interpretação dos sambaquis a partir da ótica da Hipótese Saxe/Goldstein é problemática mesmo assumindo-se que seus pressupostos sejam válidos. Conforme mencionado anteriormente, um critério a ser satisfeito para que a Hipótese Saxe/Goldstein possa ser aplicada é que o conjunto de sepultamentos caracterize uma área formal dedicada exclusivamente ao enterro dos mortos, o que é difícil de ser sustentado. No mesmo trabalho no qual a relação entre cemitérios formais e territorialidade entre grupos caçadores-coletores foi originalmente proposta (Charles e Buikstra, 1983), o exemplo de não cemitério oferecido pelos autores foi o de um montículo do Arcaico do Mississippi. Portanto, antes que os sambaquis sejam vistos como as primeiras sesmarias da costa brasileira, é preciso, além de desconsiderar as críticas de cunho mais abrangentes apresentadas nesse artigo, que se comprove que eles constituíam uma área formal exclusivamente dedicada para o enterro dos mortos. É importante notar que essa é uma tarefa, por definição, interdisciplinar, e que transcende, portanto, o escopo específico da atividade do bioarqueólogo. Klokler (2008), por exemplo, ao defender que o sítio Jabuticabeiras II foi construído exclusivamente para fins funerários, baseou-se na ausência de indícios que apontem para a utilização do local como sítio habitação e não em características inerentes aos esqueletos ou aos sepultamentos.

Por fim, mesmo assumindo-se que a Hipótese Saxe/Goldstein não tenha apenas validade teórica, como também que os sambaquis caracterizam, de fato, áreas formais utilizadas exclusivamente para o enterro dos mortos, ainda assim, a interpretação proposta por Silva (2005) merece ressalvas. Em primeiro lugar, por ela não reconhecer a incompatibilidade apontada neste trabalho entre a versão original da Hipótese Saxe/Goldstein e a versão revisada oferecida por Charles e Buikstra. O uso concomitante de termos como “legitimação do controle dos recursos” e “descendência direta dos componentes do grupo em relação aos ancestrais”, por um lado, e de termos como “estratégia de subsistência sedentária” e “pequena mobilidade sazonal”, por outro, atestam que as duas versões foram inadvertidamente misturadas num único quadro interpretativo.

Conforme enfatizado por Charles e Buikstra (1983), dentro de uma perspectiva processualista, e por Littleton e Allen (2007), numa perspectiva pós-processual, as possibilidades interpretativas da versão original da Hipótese Saxe/Goldstein são inaplicáveis para grupos caçadores-coletores. Ou seja, apesar de estar lidando com grupos francamente pescadores-coletores-caçadores, Silva (2005) optou pela versão que postula que a presença de cemitérios é resultado da formação de grupos de descendência que monopolizam o acesso a recursos cada vez mais escassos. Entretanto, na versão reformulada para grupos caçadores-coletores (Charles e Buikstra, 1983; Walthall, 1999), é justamente a abundância de recursos em ambientes não marginais (*sensu* Charles e Buikstra, 1983) que levaria à formação dos chamados grupos ‘caçadores-coletores complexos’ e seus cemitérios formais.

Mesmo assumindo-se que todos os pressupostos para a aplicação da Hipótese Saxe/Goldstein, tal como proposta por Charles e Buikstra (1983), sejam satisfeitos, ainda assim restaria um último problema. A ideia de que o predomínio de inumações primárias indica pequena mobilidade sazonal no interior de territórios estáveis não tem fundamentação empírica. Apesar dessa associação não

fazer parte da Hipótese Saxe/Goldstein propriamente dita, ela foi gerada a partir da versão reformulada de Charles e Buikstra (1983). Segundo eles, entre grupos caçadores-coletores, a prática de secundarização seria decorrência do falecimento longe do acampamento residencial. Walthall (1999, p. 4), seguindo a mesma linha, interpreta os enterros secundários como sendo daqueles indivíduos que morreram nos estágios iniciais do período de dispersão em busca de recursos específicos:

[após a morte] o corpo era estocado até que na primavera ocorresse o retorno do grupo para o sítio de agregação. Essa estocagem normalmente assumia a forma de sepultamentos temporários [*temporary scaffold*] do tipo suspenso ou em árvores (acarretando no retorno de um sepultamento secundário ou do tipo fardo) ou cremação (acarretando no retorno apenas das cinzas para o cemitério).

Para esses autores, cemitérios de grupos caçadores-coletores nos quais predominam enterros primários atestam que a morte ocorria, normalmente, próximo aos tais ‘cemitérios’. Isto, por sua vez, indicaria que os próprios recursos eram obtidos em localidades próximas. Por outro lado, sítios nos quais a maioria dos enterros é secundária indicam que grande parte dos falecimentos ocorreu tão distante dos locais de sepultamento que os corpos precisaram ser processados e estocados na localidade em que se encontrava o grupo, até que o enterro final pudesse ser realizado, quando o fim da temporada trouxesse o grupo de volta ao cemitério. Entretanto, o único estudo comparativo realizado até hoje que se prestou a testar essa suposição (Schroeder, 2001) não encontrou suporte para a associação entre práticas secundárias e padrões de mobilidade. Trata-se de mais um caso no qual a associação proposta é apenas uma entre tantas outras possíveis.

Não se pretende, com isso, negar ou confirmar que os sambaquis eram monumentos fúnebres. Tal tarefa foge ao escopo da presente contribuição. O importante aqui é salientar que a aplicação da Hipótese Saxe/Goldstein muitas vezes é feita de forma automática, sem ponderar

suas implicações e potenciais limitações. Isso é ainda mais problemático, pois a Hipótese Saxe/Goldstein beneficia-se de sua profunda associação com a escola processualista para aparentar uma legitimidade e uma robustez interpretativa que ela, na realidade, não tem.

Outra região brasileira muito conhecida por seu registro arqueológico rico em 'necrópoles' é Lagoa Santa, em Minas Gerais. À primeira vista, a presença de inúmeros sítios nos quais abundam sepultamentos humanos (Neves e Hubbe, 2005; Neves *et al.*, 2002, 2004, 2007; Strauss, 2010) poderia parecer um terreno fértil para a aplicação da Hipótese Saxe/Goldstein. Entretanto, um olhar mais atento mostra que esse pode não ser o caso. Mesmo sem levar em consideração as críticas de cunho teórico mencionadas até aqui, todos os sítios da região de Lagoa Santa parecem não contemplar a exigência fundamental colocada pela própria Hipótese Saxe/Goldstein. Os estudos arqueológicos disponíveis não são claros na definição do tipo de ocupação que resultou na formação desses sítios. Ainda assim, parece que outras atividades, não relacionadas aos rituais funerários, eram realizadas (Prouss, 1992/1993; Araujo *et al.*, 2008). Um fato favorável à ideia de que os abrigos não eram utilizados exclusivamente para o enterro dos mortos é que os sepultamentos são encontrados em meio a pacotes sedimentares idênticos àqueles nos quais não existem sepultamentos. Um exemplo oriundo da Lapa do Santo ilustra esse ponto. Existe no sítio um pacote arqueológico com cerca de 4 metros de espessura, que registra uma ocupação contínua entre, pelo menos, 10.000 e 7.800 anos AP. Do ponto de vista de suas características macroscópicas e de seu conteúdo lítico, esse pacote é extremamente homogêneo. Entretanto, os sepultamentos localizam-se exclusivamente em sua parte superior, que é idêntica ao restante do pacote.

Até que evidências mais qualificadas estejam disponíveis, é razoável assumir que os abrigos de Lagoa Santa não eram utilizados exclusivamente para fins mortuários. Portanto, não é possível se referir aos sítios como 'cemitérios' ou 'necrópoles'. Espera-se que em

estudos futuros os arqueólogos orientem suas pesquisas no sentido de responderem a essa questão de forma mais satisfatória, construindo um quadro mais consistente a respeito do tipo de ocupação dos sítios abrigados de Lagoa Santa.

A favor da interpretação proposta acima, é importante que se lembre que a acumulação de sepultamentos em abrigos rochosos figura entre os exemplos clássicos de mecanismos capazes de 'mimetizar' a formação de cemitérios formais. Walthall (1999), por exemplo, ao estudar uma situação similar àquela de Lagoa Santa, não considera os agrupamentos de sepultamentos encontrados dentro de abrigos rochosos que estudou como caracterizando áreas formais de depósito dos mortos. Por isso, ele não aplicou a Hipótese Saxe/Goldstein a seus sítios.

Consequentemente, a presença dos enterramentos nos sítios abrigados da região de Lagoa Santa não deve e não pode ser interpretada sob uma ótica exclusivamente territorialista. Ou seja, os sepultamentos não funcionavam, necessariamente, como bandeiras que estavam demarcando territórios em decorrência de uma suposta diminuição na mobilidade desses grupos caçadores-coletores ou de um suposto aumento na escassez de recursos disponíveis. Esse ponto é fundamental, pois existe uma espécie de consenso implícito entre os arqueólogos, cuja origem encontra-se na Hipótese Saxe/Goldstein, de que essa é a interpretação 'necessária' e 'suficiente' para todo e qualquer agrupamento de sepultamentos humanos.

Entretanto, é importante não perder de vista que o fato desses abrigos não serem cemitérios formais não significa, em absoluto, que as práticas funerárias dos grupos que habitavam a região não fossem formais. Muito pelo contrário. Existe uma série de prescrições que eram fielmente observadas pelos agentes fúnebres, mesmo em sítios com baixa densidade de enterramentos (Strauss, 2010; Strauss *et al.*, 2010, 2011). Esse quadro poderia parecer incompatível com a visão clássica da Arqueologia da Morte, que associa, de forma mais ou menos explícita, a existência

de procedimentos formais para lidar com os mortos com complexidade social. Conforme apontado por Littleton e Allen (2007), essa incompatibilidade é simplesmente fruto da inadequação da teoria para lidar com as práticas mortuárias de sociedades caçadoras-coletoras. Esse é mais um argumento mostrando como o paradigma teórico subjacente à Hipótese Saxe/Goldstein é inapropriado para a compreensão do registro fúnebre de Lagoa Santa. Mesmo em sítios com um número muito pequeno de sepultamentos, como a Lapa das Boleiras, esse mesmo tipo de formalismo está presente. O quadro que se observa em Lagoa Santa, no qual um alto formalismo fúnebre está associado com a ausência de cemitérios formais, é muito semelhante ao que ocorre no sul da Austrália.

De forma análoga ao que foi proposto para o registro australiano, ainda que os abrigos rochosos na região de Lagoa Santa não constituam cemitérios, eles podem ser caracterizados como aquilo que Littleton e Allen (2007) chamaram de áreas intencionalmente mantidas para o enterro dos mortos. Conforme discutido anteriormente, de acordo com esses autores, a existência de tais áreas entre grupos caçadores-coletores não tem qualquer relação com as propostas da Hipótese Saxe/Goldstein. Pelo contrário, é a conjunção da existência de prescrições formais sobre o tratamento dos mortos, de localidades com qualidades únicas para essa atividade, de vestígios ou estruturas que, por si, motivam a reocupação do local e de processos de longa duração de ocupação e revisitação que leva à formação dessas áreas. Nesse sentido, os demais abrigos da região em que foram encontrados esqueletos humanos são mais bem entendidos pelo conceito de “lugares persistentes” (Schlanger, 1992), tomado de empréstimo da Arqueologia da Paisagem, e não pelo conceito incompatível de ‘cemitério’.

Outro ponto importante é que a ausência de cemitérios formais é antes a regra do que a exceção entre os caçadores-coletores do Arcaico sul-americano (Rossen e Dillehay, 2001; Santoro *et al.*, 2005). Ou seja, a interpretação aqui proposta – de que os sítios de

Lagoa Santa não caracterizam cemitérios formais – está em consonância com aquilo que se observa por todo o continente durante período análogo. Portanto, é sobre aqueles que pretendem comprovar a tese oposta que recai a responsabilidade de explicar de forma convincente porque a região de Lagoa Santa constituiria uma exceção no quadro continental mais amplo. Inclusive, mesmo sítios que são conhecidos na literatura como ‘necrópoles’ não contemplam de forma inequívoca os critérios exigidos pela literatura, como é o caso, por exemplo, de Santana do Riacho (Junqueira, 1984; Prous, 1992/1993; Neves *et al.*, 2003). Portanto, é preciso que se dedique um esforço maior em qualificar a natureza da ocupação do sítio antes de atribuir-lhe, exclusivamente a partir da presença de esqueletos humanos, o rótulo de cemitério e que, na sequência, se aplique, de forma quase automática, a Hipótese Saxe/Goldstein.

No caso da região de Lagoa Santa, um possível argumento a favor da possibilidade de se aplicar a Hipótese Saxe/Goldstein seria a suposta grande densidade de sepultamentos encontrados nos abrigos da região. Ou seja, segundo essa lógica, mesmo não se podendo caracterizar os abrigos como cemitérios formais, a alta densidade de enterros atestaria que os sítios são, de fato, ‘necrópoles’ formadas em decorrência da adoção de uma estratégia mais sedentária de ocupação do território. Entretanto, a ideia de que os abrigos da região de Lagoa Santa apresentam uma grande densidade de esqueletos precisa ser colocada em perspectiva.

Não há dúvidas de que, em termos absolutos, a quantidade de esqueletos exumados na região de Lagoa Santa é muito elevada, especialmente quando comparada aos demais sítios sul-americanos do mesmo período. Entretanto, essa abundância precisa ser relativizada levando-se em consideração, pelo menos, dois fatores. O primeiro deles parte da observação de que essa ‘sensação’ de que os abrigos da região de Lagoa Santa apresentam uma abundância de sepultamentos humanos se deve, em parte, à existência de um caso extremo, o da Lapa Mortuária de

Confin. De acordo com Padberg-Drenkpol<sup>3</sup>, que escavou o local no início do século XX, mais de 80 indivíduos foram encontrados. Os outros sítios da região, entretanto, conforme pode ser observado na Tabela 1, apresentam uma quantidade bem mais modesta de sepultamentos. A Caverna do Sumidouro, a Lapa da Samambaia e a Lapa do Santo ainda se destacam, apresentando entre 20 e 30 sepultamentos cada. Os demais sítios, entretanto, possuem números bem mais modestos.

Aqui se fazem necessárias algumas notas de cautela na interpretação desses números, já que eles foram concatenados a partir das parcas descrições disponíveis na literatura. A maioria desses sítios foi escavada por métodos rudimentares, sendo impossível confiar totalmente nas descrições disponíveis. Seria muito importante um retorno às coleções para verificar se o número mínimo de indivíduos é compatível com o sugerido pelas descrições disponíveis. Além disso, em alguns casos, principalmente o da Lapa do Santo, nem todo o sítio foi escavado, de maneira que o número total de sepultamentos deve estar, por definição, subestimado. De qualquer forma, parece seguro afirmar que, na maioria dos abrigos de Lagoa Santa, não existiam tantos sepultamentos como se imaginava, e o caso da Lapa Mortuária de Confin é antes a exceção do que a regra.

Ainda com relação às estimativas da densidade de enterros por abrigo, existe um segundo fator que contribui para um viés no sentido de inflá-las. É fundamental que a densidade seja contabilizada levando-se em consideração apenas aqueles sepultamentos que estejam diretamente relacionados entre si, não apenas espacialmente, mas também temporalmente, no sentido de que os enterros anteriores condicionem os seguintes. Ou seja, a densidade deve ser contabilizada para cada um dos 'padrões de sepultamento' existentes em cada sítio. Ecoando os temores de Chapman (2005) e O'Shea (1984), até muito recentemente imaginava-se que a maioria dos sepultamentos de Lagoa Santa pertencia a

um mesmo padrão, homogêneo e localizado no tempo (Neves e Hubbe, 2005, p. 18311). Ou seja, a dimensão cronológica da variação das práticas funerárias havia sido completamente desconsiderada. Entretanto, Strauss (2010) demonstrou, a partir do estudo da Lapa do Santo, um sítio escavado na primeira década do século XXI com técnicas refinadas de registro, que ali existem pelo menos cinco padrões de sepultamentos distintos e muito bem delimitados no tempo.

Apesar do conhecimento detalhado sobre os padrões de sepultamento ao longo tempo estar para sempre perdido para a maioria dos sítios na região, as novas descobertas na Lapa do Santo permitem que, pelo menos em parte, esse quadro seja revertido. Num esforço de resgatar o máximo de informação possível a partir das parcas descrições disponíveis na literatura, Da-Gloria e colaboradores (2011) mostraram que, na maioria dos sítios de Lagoa Santa, é possível identificar pelo menos dois dos padrões mortuários identificados na Lapa do Santo. A implicação disso para estimar a densidade de sepultamentos nos abrigos é imediata, já que o total de sepultamentos de cada sítio precisa ser distribuído ao longo do tempo antes que se contabilizem suas densidades. Isso torna a ideia de uma alta densidade de enterros ainda mais difícil de ser sustentada.

Uma exceção a esse quadro seria a Lapa Mortuária de Confin. Não há como negar que os 80 indivíduos encontrados por Padberg-Drenkpol caracterizam uma quantidade excepcional de sepultamentos numa única localidade. Devido à inexistência de descrições adequadas, é impossível fazer um julgamento apurado de quantos padrões de sepultamentos estariam representados no sítio. Entretanto, assumir que todos esses 80 indivíduos faziam parte de um mesmo padrão de sepultamento é, no mínimo, ingênuo. Prova disso são as datas obtidas diretamente em osso para os esqueletos da Lapa Mortuária (Tabela 2). Das sete datas disponíveis, quatro são do Holoceno Inicial e três são do Holoceno Final. Isso mostra

<sup>3</sup> Padberg-Drenkpol, J. H. Relatório interno do Museu Nacional, 1926.

Tabela 1. Número de sepultamentos encontrados por abrigo em Lagoa Santa.

Sítio	Número de sepultamentos	Sítio	Número de sepultamentos
Lapa Mortuária	Ao menos 80	Lapa do Acácio	4
Sumidouro	30	Cerca Grande 2	4
Lapa do Santo	26	Mãe Rosa	Ao menos 3
Lapa da Samambaia	26	Cerca Grande 7	1
Eucalipto	Ao menos 14	Lapa Vermelha IV	1
Cerca Grande 6	12	Limeira	'Alguns'
Cerca Grande 5	5	Abrigo do Sumidouro	'Vários'
Lapa das Boleiras	5		

Tabela 2. Idades obtidas em amostras de ossos para sepultamentos da Lapa Mortuária de Confins.

Código do Laboratório	Identificação	Material	Idade convencional $^{14}\text{C}$ (não calibrada), anos AP	Idade convencional $^{14}\text{C}$ (calibrada), anos AP	$^{13}\text{C}/^{12}\text{C}$
BETA 161658	MN* - 834	Osso	8810 $\pm$ 50	10140 até 9680	-18,6
BETA 161659	MN - 847	Osso	7190 $\pm$ 50	8110 até 8090 ou 8060 até 7940	-19,1
BETA 161661	MN - 902	Osso	1700 $\pm$ 40	1830 até 1610	-19,2
BETA 161662	MN - 923	Osso	8290 $\pm$ 40	9450 até 9120	-19,2
BETA 161663	MN - 928	Osso	8350 $\pm$ 40	9480 até 9270	-19,4
BETA 161664	MN - 932	Osso	1680 $\pm$ 40	1810 até 1570	-19,3
BETA 161665	MN - 933	Osso	1880 $\pm$ 40	2000 até 1840	-19,8

\* Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

de forma contundente que os 80 indivíduos encontrados por Padberg-Drenkpol não podem fazer parte de um mesmo padrão funerário.

Um possível contra-argumento é que os ossos cujas datas remetem ao Holoceno Inicial foram encontrados em 'coletas de superfície' e, portanto, não teriam influência na cronologia do sítio (Walter Neves, comunicação pessoal). Entretanto, quando as datas da Lapa Mortuária de Confins referentes exclusivamente ao Holoceno Inicial são consideradas separadamente, a questão temporal continua sendo relevante, já que elas indicam que os enterros foram realizados ao longo de um período de, no mínimo, 1600 anos. Antes de mais nada, esse período

parece ser demasiadamente longo para refletir as práticas mortuárias de um único grupo caçador-coletor. Além disso, assumindo-se um quadro no qual esses enterros teriam sido feitos por um mesmo grupo de forma contínua ao longo dos anos<sup>4</sup>, isso significa que a cada 20 anos um único sepultamento foi realizado. Ainda que não exista nenhum critério formal disponível para avaliar se essa taxa é grande ou pequena, parece que esse não é um valor suficientemente elevado para caracterizar uma alta densidade de sepultamentos.

Mais importante é que esse quadro de enterros contínuos ao longo do tempo não é compatível com aquilo que mostra o registro arqueológico do único

<sup>4</sup> O que legitimaria o uso do número total de sepultamentos na determinação da densidade de enterros.

sítio que oferece dados seguros a respeito do assunto: a Lapa do Santo. Durante o Holoceno Inicial, foram caracterizados diversos padrões de sepultamentos distintos (mínimo de dois, máximo de cinco). Parece altamente provável que um caso análogo esteja presente em Confins e, portanto, é inaceitável sustentar que a totalidade dos sepultamentos escavados por Padberg-Drenkpol fazia parte de um mesmo padrão mortuário.

Por fim, um último fator que precisa ser considerado é o tamanho dos abrigos. Uma das razões pelas quais Confins apresenta um número mais elevado de sepultamentos quando comparado com os demais abrigos da região é que ele é o maior abrigo já escavado em Lagoa Santa. Ou seja, esse número elevado é antes o resultado de uma maior área disponível do que de uma maior densidade de sepultamentos.

Além disso, o mesmo formalismo fúnebre é observado tanto em sítios onde há abundância de esqueletos (como a Lapa do Santo) quanto em sítios com poucos esqueletos (como a Lapa das Boleiras). Isso mostra que a densidade de sepultamentos não pode ser considerada como um fator determinante para a existência dos enterramentos. À imagem do que foi descrito para o sudeste australiano por Littleton e Allen (2007), a densidade de enterros em cada abrigo seria determinada antes por fatores circunstanciais do que por uma estratégia consciente de 'manutenção' do território.

Portanto, mesmo reconhecendo-se que a quantidade de sepultamentos encontrados na Lapa Mortuária de Confins constitui um caso especial na paisagem mortuária de Lagoa Santa, cujas implicações merecem uma contribuição à parte, o quadro para os demais sítios da região indica que a densidade de enterros está, a princípio, dentro do esperado.

A formulação da Hipótese Saxe/Goldstein foi revista em detalhes e suas possibilidades e limitações interpretativas foram aqui delineadas. A partir de dois exemplos tomados da arqueologia brasileira, fica clara a importância de se utilizar termos como 'cemitério' e 'necrópole' de forma mais rigorosa, seja para endossar ou para criticar as possíveis interpretações decorrentes das suas aplicações. No caso específico do registro arqueológico referente ao

Arcaico, nossa posição é de que a Hipótese Saxe/Goldstein é de limitado valor interpretativo e, caso se insista em utilizá-la, que se faça de forma particularmente crítica.

## AGRADECIMENTOS

O autor agradece a Pedro Da-Gloria e Walter Neves pelas críticas e pelos comentários que contribuíram muito para a melhora do manuscrito.

## REFERÊNCIAS

- ARAUJO, A. G. M.; FEATHERS, J. K.; ARROYO-KALIN, M.; TIZUKA, M. M. Lapa das Boleiras rockshelter: stratigraphy and formation processes at a paleoamerican site in Central Brazil. *Journal of Archaeological Science*, v. 35, p. 3186-3202, 2008.
- BARTEL, B. A historical review of ethnological and archaeological analyses of mortuary practice. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 1, p. 32-58, 1982.
- BEMENT, L. C. **Hunter-gatherer mortuary practices during the Central Texas Archaic**. Austin: University of Texas Press, 1994.
- BINFORD, L. R. Willow smoke and dogs' tails: hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation. *American Antiquity*, v. 45, n. 1, p. 4-20, 1980.
- BINFORD, L. R. Mortuary practices: their study and their potential. In: BROWN, J. (Ed.). *Approaches to the social dimensions of mortuary practices*. **Memoirs of the Society for American Archaeology**, n. 25, p. 6-29, 1971.
- BINFORD, L. R. Archaeology as Anthropology. *American Antiquity*, v. 28, p. 217-225, 1962.
- BRANDT, S. A. Early Holocene mortuary practices and hunter-gatherer adaptations in southern Somalia. *World Archaeology*, v. 20, n. 1, p. 40-56, 1988.
- CARR, C. Mortuary Practices: their social, philosophical-religious, circumstantial, and physical determinants. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 2, n. 2, p. 105-200, 1995.
- CHAPMAN, R. W. Mortuary analysis: a matter of time. In: RAKITA, G. F. M.; BUIKSTRA, J. E.; BECK, L. A.; WILLIAMS, S. R. (Eds.). **Interacting with the dead**. Perspectives on mortuary archaeology for the New Millennium. Gainesville: University Press of Florida, 2005. p. 25-40.
- CHAPMAN, R. W.; RANDSBORG, K. Approaches to the archaeology of death. In: CHAPMAN, R.; KINNES, I.; RANDSBORG, K. (Eds.). **The Archaeology of Death**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. p. 1-24.

- CHARLES, D. K.; BUIKSTRA, J. E. Archaic mortuary sites in the Central Mississippi drainage: distribution, structure, and behavioral implications. In: PHILLIPS, J. L.; BROWN, J. A. (Eds.). **Archaic hunters and gatherers in the American Midwest**. New York: Academic Press, 1983. v. 5, p. 117-145.
- DA-GLORIA, P. T.; STRAUSS, A.; NEVES, W. A. Mortuary rituals in the Early Holocene population of Lagoa Santa: the Harold Walter collection. In: ANUAL MEETING OF THE AMERICAN ASSOCIATION OF PHYSICAL ANTHROPOLOGY, 80., 2011, Minneapolis. **Anais...** Minneapolis: AAPA, 2011. v. 144(S52), p. 119.
- GASPAR, M. D.; DEBLASIS, P.; FISH, S. K.; FISH, P. R. Sambaqui (Shell Mound) societies of coastal Brazil. In: SILVERMAN, H.; ISBELL, W. H. (Eds.). **Handbook of South American Archaeology**. Nova York: Springer, 2008. p. 319-335.
- GOLDSTEIN, L. One-dimensional archaeology and multi-dimensional people: spatial organization and mortuary analysis. In: CHAPMAN, R.; KINNES, I.; RANDSBORG, K. (Eds.). **The Archaeology of Death**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. p. 53-69.
- GOLDSTEIN, L. **Spatial structure and social organization: regional manifestations of Mississippian Society**. 1976. Tese (Doutorado em Antropologia) – Northwestern University, Evanston, 1976.
- JUNQUEIRA, P. A. **Grande abrigo de Santana do Riacho com sepultamentos no estado de Minas Gerais**. 1984. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- KLOKLER, D. M. **Food for body and soul: mortuary ritual in shell mounds (Laguna – Brazil)**. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of Arizona, Tucson, 2008.
- KROEBER, A. Disposal of the Dead. **American Anthropologist, New Series**, v. 29, n. 3, p. 308-315, 1927.
- LITTLETON, J. Mortuary behavior on the Hay Plain: do cemeteries exist? **Archaeology in Oceania**, v. 37, n. 3, p. 105-122, 2002.
- LITTLETON, J. East and west: burial practices along the Murray River. **Archaeology in Oceania**, v. 34, n. 1, p. 1-14, 1998.
- LITTLETON, J.; ALLEN, H. Hunter-gatherer burials and the creation of persistent places in southeastern Australia. **Journal of Anthropological Archaeology**, v. 26, p. 283-298, 2007.
- MEGGIT, M. J. **The lineage system of the Mae-Enga of New Guinea**. New York: Barnes e Noble, 1965.
- MORRIS, I. The Archaeology of Ancestors: The Saxe/Goldstein hypothesis revisited. **Cambridge Archeological Journal**, v. 1, p. 147-169, 1991.
- NEVES, W. A.; HUBBE, M.; PILÓ, L. B. Early Holocene human skeletal remains from Sumidouro Cave, Lagoa Santa, Brazil: history of discoveries, geological and chronological context, and comparative cranial morphology. **Journal of Human Evolution**, v. 52, n. 1, p. 16-30, 2007.
- NEVES, W. A.; HUBBE, M. Cranial morphology of early American from Lagoa Santa, Brazil: implications for the settlement of the New World. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 102, n. 51, p. 18309-18314, 2005.
- NEVES, W. A.; GONZÁLEZ-JOSÉ, R.; HUBBE, M.; KIPNIS, R.; ARAÚJO, A. G. M.; BLASI, O. Early Holocene human skeletal remains from Cerca Grande, Lagoa Santa, Central Brazil, and the origins of the first Americans. **World Archaeology**, v. 36, n. 4, p. 479-501, 2004.
- NEVES, W. A.; PROUS, A.; GONZÁLEZ-JOSÉ, R.; KIPNIS, R.; POWELL, J. Early Holocene human skeletal remains from Santana do Riacho, Brazil: implications for the settlement of the New World. **Journal of Human Evolution**, v. 45, n. 1, p. 19-42, 2003.
- NEVES, W. A.; HUBBE, M.; ARAÚJO, A. G. M. A late-Paleoindian secondary ritual burial from Lagoa Santa, Minas Gerais, Brazil. **Current Research in the Pleistocene**, v. 19, p. 83-85, 2002.
- O'SHEA, J. **Mortuary variability: an archaeological investigation**. New York: Academic Press, 1984.
- PALGI, P.; ABRAMOVITCH, H. Death: a cross-cultural perspective. **Annual Review on Anthropology**, v. 13, p. 385-417, 1984.
- PARDOE, C. Wamba yadu, a later Holocene cemetery of the central River Murray. **Archaeology in Oceania**, v. 28, n. 2, p. 77-84, 1993.
- PARDOE, C. The cemetery as symbol: the distribution of prehistoric Aboriginal burial grounds in southeastern Australia. **Archaeology in Oceania**, v. 16, p. 173-178, 1988.
- PARKER PEARSON, M. **The archaeology of death and burial**. Texas: Texas A&M, 1999.
- PEEBLES, C.; KUS, S. Some archaeological correlates of ranked societies. **American Antiquity**, v. 42, n. 3, p. 421-448, 1977.
- PROUS, A. As estruturas aparentes: os sepultamentos do Grande Abrigo de Santana do Riacho. Os sepultamentos da escavação nº 1. **Arquivos do Museu de História Natural da UFMG**, v. XIII/ XIV, 1992/1993.
- ROSSEN, J.; DILLEHAY, T. D. Bone cutting, placement, and cannibalism? Middle preceramic mortuary patterns of Nanchoc, Northern Peru. **Revista Chungará (Arica)**, v. 33, n. 1, p. 63-72, 2001.
- SANTORO, C. M.; STANDEN, V. G.; ARRIAZA, B. T.; DILLEHAY, T. D. Archaic funerary pattern or postdepositional alteration? The Patapatane burial in the highlands of South Central Andes. **Latin American Antiquity**, v. 16, n. 3, p. 329-346, 2005.

SAXE, A. A. Social dimensions of mortuary practices in a Mesolithic population from Wadi Halfa, Sudan. **Memoir of the Society for American Archaeology**, v. 25, p. 39-57, 1971.

SAXE, A. A. **Social dimensions of mortuary practices**. 1970. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of Michigan, Michigan, 1970.

SAXE, A. A.; GALL, P. L. Ecological determinants of mortuary practices: the Temuan of Malaysia. In: WOOD, W. (Ed.). **Cultural-Ecological perspectives on Southeast Asia**. Ohio: Ohio University Centre for International Studies, 1977. p. 74-82.

SCHLANGER, S. Recognizing persistent places in Anasazi settlement systems. In: ROSSIGNOL, J.; WANDSNIDER, L. (Eds.). **Space, time and Archaeological Landscapes**. New York: Plenum Press, 1992. p. 91-112.

SCHROEDER, S. Secondary disposal of the dead: cross-cultural codes. **World Cultures**, v. 12, n. 1, p. 77-93, 2001.

SILVA, S. F. S. M. **Arqueologia das práticas mortuárias em sítios pré-históricos do litoral do estado de São Paulo**. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

STRAUSS, A. **As práticas mortuárias dos caçadores-coletores pré-históricos da região de Lagoa Santa (MG)**: um estudo de caso do sítio arqueológico "Lapa do Santo". 2010. Dissertação (Mestrado em Genética e Biologia Evolutiva) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

STRAUSS, A.; DA-GLÓRIA, P. T.; BERNARDO, D. V.; KIPNIS, R.; NEVES, W. A. Lapa do Santo rockshelter: new evidence of perimortem body manipulation in Early Holocene South America. In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN ASSOCIATION OF PHYSICAL ANTHROPOLOGY, 80., 2011, Minneapolis. **Anais...** Minneapolis: AAPA, 2011. v. 144(S52), p. 287.

STRAUSS, A.; DA-GLÓRIA, P. T.; BERNARDO, D. V.; KIPNIS, R.; NEVES, W. A. High variability of Paleoamerican mortuary practices in Lagoa Santa Region, Central Brazil. In: ANNIVERSARY MEETING OF THE SOCIETY OF AMERICAN ARCHAEOLOGY, 75., 2010, Saint Louis. **Anais...** Saint Louis: SAA, 2010. p. 238.

UCKO, P. J. Ethnography and archaeological interpretation of funerary remains. **World Archaeology**, v. 1, n. 2, p. 262-280, 1969.

WALTHALL, J. A. Mortuary behavior and Early Holocene land use in the North American midcontinent. **North American Archaeologist**, v. 20, n. 1, p. 1-30, 1999.

WOODBURN, J. Social dimensions of death in four African hunting and gathering societies. In: BLOCH, M.; PERRY, M. (Eds.). **Death and regeneration of life**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. p. 187-210.